**Nota 00 – Resultado Financeiro**

O resultado financeiro do exercício de 2022 importou no acréscimo superior a R$ 113 milhões e sua formação é detalhada na tabela a seguir:

**Tabela 1 – Resultado Financeiro – Composição.**

 R$

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Colunas1** | **31/12/2022** | **31/12/2021** | **AH (%)** |
| Receitas Orçamentárias | 12.596.235.654,91 | 1.546.331.084,42 | 814,59 |
| Despesas Orçamentárias | -75.689.457.458,66 | -48.775.040.420,69 | -55,18 |
|  | **-63.093.221.803,75** | **-47.228.709.336,27** | **-33,59** |
|  |  |  |  |
| Transferências Financeiras Recebidas | 165.113.147.819,72 | 91.132.457.051,56 | 81,18 |
| Transferências Financeiras Concedidas | -100.585.869.047,00 | -46.372.749.412,83 | -116,91 |
|  | **64.527.278.772,72** | **44.759.707.638,73** | **44,16** |
|  |  |  |  |
| Recebimentos Extraorçamentários | 7.028.498.251,43 | 8.864.288.202,76 | -20,71 |
| Pagamentos Extraorçamentários | -8.349.112.582,82 | -5.740.549.109,47 | -45,44 |
|  | **-1.320.614.331,39** | **3.123.739.093,29** | **-142,28** |
|  |  |  |  |
| **Resultado Financeiro do Exercício** | **113.442.637,58** | **654.737.395,75** | **-82,67** |

*Fonte: SIAFI, 2022 e 2021.*

A redução no superávit financeiro de 2022 em relação ao de 2021 decorre especialmente das despesas orçamentárias, porém essa redução foi amenizada pelas transferências financeiras recebidas. O expressivo aumento das receitas orçamentárias em relação à 2021, diz respeito às receitas arrecadadas de "Bônus de Assinatura - Contratos de Partilha de Produção" e se referem à Segunda Rodada de Licitações dos Volumes Excedentes da Cessão Onerosa (LVECO2), realizada no final de 2021, no montante de aproximadamente R$ 11,1 bilhões e também ao "Bônus de Assinatura - Contratos de Concessão" se referem à 17ª Rodada de Licitações (aproximadamente R$ 37 milhões) e à 3ª Rodada de Oferta Permanente para a Outorga de Contratos de Concessão (aproximadamente R$ 422,4 milhões).

Outra parte dessas receitas orçamentárias, pouco mais de 223 milhões, apesar de possuírem menor impacto no montante, dizem respeito a aplicação das penalidades contratuais pelo não cumprimento das cláusulas previstas no Programa Exploratório Mínimo – PEM, junto às empresas que realizam exploração de óleo e gás.

Já o impacto no item Outras Receitas Correntes, faz referência a arrecadação das multas administrativas por infração da legislação do petróleo e da dívida ativa, pois, após o ano de 2021, que foi marcado pela eliminação de passivos gerados no período de pandemia em diversas atividades do Setor, o ano de 2022 seguiu um ritmo de atividades dentro da normalidade esperada. Destacam-se desse total, as multas com valor maior que R$ 1 milhão de reais. De um total de mais de 1.301 multas pagas no ano, 48 possuíam valor de superior a R$ 1 milhão e corresponderam a R$ 191 milhões de reais na arrecadação (45% do total).

No âmbito das transferências constitucionais e legais, os fluxos orçamentário e financeiro aumentaram significativamente desde outubro de 2019, pois a ANP passou a ser Setorial Orçamentária e Financeira, passando a ser responsável pelo recebimento e transferência das participações pela produção de petróleo e gás natural aos Estados e aos Municípios, de acordo com o decreto 10.078 de 21/10/2019.

Em decorrência dessa nova atribuição, surgem os recebimentos extraorçamentários, que dizem respeito aos restos a pagar não processados inscritos. O grande volume se deve aos saldos de empenhos de participações pela produção de petróleo e gás natural aos Estados e aos Municípios, referentes aos meses de novembro e dezembro de 2022, e que, pela complexidade dos cálculos, ainda estavam pendentes ao final do exercício, restando serem liquidados e pagos. Os pagamentos ocorreram no início de 2023 e o saldo de restos a pagar excedente, será anulado durante o mês de janeiro de 2023.

**Nota 00 – Resultado Orçamentário**

Os valores arrecadados no exercício de 2022 estão apresentados na tabela abaixo, comparados com o mesmo período do exercício anterior:

**Tabela 1 – Execução Orçamentária da Receita.**

 R$

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Colunas1** | **31/12/2022** | **31/12/2021** |  **AH (%)** |
| Receitas Correntes Realizadas | 12.596.235.654,91 | 1.546.331.084,42 | 814,59 |

*Fonte: SIAFI, 2022 e 2021.*

No Balanço Orçamentário, as Receitas Correntes da ANP estão evidenciadas conforme a seguinte classificação: (i) Patrimonial, (ii) de Serviços e (iii) Outras Receitas Correntes. A seguir, é apresentada a composição destes grupos de receitas, conforme origem, na data base de 31/12/2022:

**Tabela 2 – Execução das Receitas Correntes por espécies.**

 R$

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Colunas1** | **31/12/2022** | **AV (%)** |
| Receita Patrimonial - Exploração de Recursos Naturais | 11.984.163.337,03 | 95,14 |
| Receita Patrimonial – Valores Mobiliários | 0 | 0,00 |
| Receitas de Serviços - Serviços Administrativos | 246.328.477,59  | 1,96 |
| Outras Receitas Correntes - Multas administrativas, contratuais e judiciais, Indenizações, restituições e ressarcimentos | 365.743.840,29 | 2,90 |
| **Total** | **12.596.235.654,91** | **100,00** |

*Fonte: SIAFI, 2022.*

No exercício de 2022, a dotação inicial e atualizada das Receitas de Serviços e de Outras Receitas Correntes da ANP, demonstrou arrecadação acima do esperado nesses itens.

Parte desse excesso, observado nas Receitas de Serviços, apesar de possuírem menor impacto no montante total, dizem respeito a aplicação das penalidades contratuais pelo não cumprimento das cláusulas previstas no Programa Exploratório Mínimo – PEM, junto às empresas que realizam exploração de óleo e gás.

Já o impacto no item Outras Receitas Correntes, dá maior destaque às atividades de fiscalização da ANP, alcançar o percentual de 95,99% de excesso, e faz referência a arrecadação das multas administrativas por infração da legislação do petróleo e da dívida ativa, pois, após o ano de 2021, que foi marcado pela eliminação de passivos gerados no período de pandemia em diversas atividades do Setor, o ano de 2022 seguiu um ritmo de atividades dentro da normalidade esperada. Destacam-se desse total, as multas com valor maior que R$ 1 milhão de reais. De um total de mais de 1.301 multas pagas no ano, 48 possuíam valor de superior a R$ 1 milhão e corresponderam a R$ 191 milhões de reais na arrecadação (45% do total).

Quanto às Receitas Patrimoniais, esse grupo diz respeito às receitas arrecadadas de "Bônus de Assinatura - Contratos de Partilha de Produção" e se referem à Segunda Rodada de Licitações dos Volumes Excedentes da Cessão Onerosa (LVECO2), realizada no final de 2021, no montante de aproximadamente R$ 11,14 bilhões e também ao "Bônus de Assinatura - Contratos de Concessão" que se referem à 17ª Rodada de Licitações (aproximadamente R$ 37 milhões) e à 3ª Rodada de Oferta Permanente para a Outorga de Contratos de Concessão (aproximadamente R$ 422,4 milhões).

Quanto às despesas, foram empenhados valores superiores a R$ 75,6 bilhões, cuja comparação com o exercício anterior é demonstrada da tabela a seguir:

**Tabela 6 – Execução Orçamentária da Despesa - Despesa Empenhada.**

 R$

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Colunas1** | **31/12/2022** | **31/12/2021** | **AH (%)** |
| Despesas Correntes | 75.683.668.226,64 | 48.764.612.977,55 | 64,43 |
| Despesas de Capital | 5.789.232,02 | 10.427.443,14 | -44,48 |
| **Total** | **75.689.457.458,66** | **48.775.040.420,69** | **64,43** |

*Fonte: SIAFI, 2022 e 2021.*

Os valores empenhados são significativos pois, desde o mês de outubro de 2019, a ANP passou a ser Setorial Orçamentária e Financeira, assim sendo, os fluxos orçamentário e financeiro aumentaram significativamente, refletindo no aumento de Receitas e Despesas, principalmente no condizente da assunção da responsabilidade pela transferência das participações pela produção de petróleo e gás natural aos Estados e aos Municípios, de acordo com o decreto 10.078 de 21/10/2019.

Do total empenhado, demonstramos os valores liquidados, cujo detalhamento é apresentado na tabela a seguir:

**Tabela 7 – Execução das Despesas – Principais Itens Liquidados.**

|  |  |
| --- | --- |
| **Colunas1** | **31/12/2022** |
| Pessoal e Encargos Sociais (31) | 247.947.933,03 |
| Outras Despesas Correntes (33) | 68.433.726.167,76 |
| Despesas de Capital (44) | 1.145.000,76 |
| **Total** | **68.682.819.101,55** |

*Fonte: Balanço Orçamentário, 2022.*

Os gastos com locação de mão-de-obra contemplam, sobretudo, as despesas liquidadas com apoio administrativo (secretárias, recepcionistas, mensageiros, vigilância e limpeza entre outros). Já passagens e locomoção englobam passagens aéreas e/ou rodoviárias e contratos de locação de veículos com motorista para locomoção dos servidores em missão, conforme apresentado na tabela a seguir:

 **Tabela 8 – Execução – Outras Despesas Correntes – Principais Itens Liquidados.**

 R$

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **POR ELEMENTO** | **31/12/2022** | **AV (%)** |
| Serviços de Consultoria (35) | 1.716.350,54 | 1,27 |
| Locação de mão-de-obra (37) | 21.470.178,43 | 15,88 |
| Passagens/Locomoção (33) | 7.502.374,15 | 5,55 |
| Outros Serviços PF (36) | 2.128.102,41 | 1,57 |
| Outros Serviços PJ (39) | 55.486.942,92 | 41,04 |
| Auxílio Alimentação (46) | 4.127.272,61 | 3,05 |
| Indenizações e restituições (93) | 3.326.222,55 | 2,46 |
| Serviços de TI e Comunicação (40) | 34.147.047,04 | 25,25 |
| Diárias (14) | 2.288.161,91 | 1,69 |
| Despesas de Exercícios Anteriores DEA (92) | 67.880,62 | 0,05 |
| Material de Consumo (30) | 1.696.005,32 | 1,25 |
| Outros (91,08,47,49) | 1.257.239,68 | 0,93 |
| **Total** | **135.213.778,18** | **100,00** |

*Fonte: Tesouro Gerencial, 2022.*

As despesas de capital estão detalhadas na tabela a seguir:

**Tabela 9 – Execução – Despesas de Capital – Principais Itens Liquidados.**

 R$

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Colunas1** | **31/12/2022** | **AV (%)** |
| Serviços de TI (40) | 283.195,50 | 24,73 |
| Equipamentos e Material Permanente (52) | 861.805,26 | 75,27 |
| Obras e Instalações (51) | 0,00 | 0,00 |
| **Total** | **1.145.000,76** | **100,00** |

*Fonte: Tesouro Gerencial, 2022.*

**Nota 00 – Resultado Patrimonial**

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD) e se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP). Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício.

O Resultado Patrimonial apurado em 2022 foi superavitário em pouco mais de R$ 9 milhões e está demonstrado na tabela abaixo:

**Tabela 1 – Variações Patrimoniais Aumentativas x Variações Patrimoniais Diminutivas**

 R$

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Colunas1** | **Colunas2** | **31/12/2022** | **31/12/2021** | **AH (%)** |
| Variações Patrimoniais Aumentativas (I) | 177.840.217.474,87 | 92.530.918.080,39 | 92,20 |
| Variações Patrimoniais Diminutivas (II) | -177.830.926.014,68 | -92.163.734.261,95 | -92,95 |
| **Resultado Patrimonial** | **9.291.460,19** | **367.183.818,44** | **-97,47** |

*Fonte: SIAFI, 2022 e 2021.*

O resultado do ano de 2022 reflete contabilmente os aspectos financeiro e patrimonial decorrentes do reflexo da contabilização da VPA referente às Receitas de Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços ("Bônus de Assinatura - Contratos de Partilha de Produção" e "Bônus de Assinatura - Contratos de Concessão").

O aumento na receita de produção e consequentemente na arrecadação de Royalties e Participações especiais, impactam simultaneamente no aumento da VPA e VPD de Receitas de Transferências e Delegações Recebidas e Concedidas, atribuição essa delegada à ANP de acordo com o decreto 10.078 de 21/10/2019. Sendo assim, a ANP passou a desenvolver as atividades de Setorial Orçamentária e Financeira e ser responsável pelo recebimento e transferência das participações pela produção de petróleo e gás natural aos Estados e aos Municípios.

Além disso, verifica-se em relação à 2021, a manutenção dos níveis de atividades de cobrança e recebimentos oriundos da dívida ativa e seus acréscimos, retratada na DVP no grupo Outras Variações Patrimoniais Aumentativas.

Outro ponto de destaque diz respeito a aplicação das penalidades contratuais pelo não cumprimento das cláusulas previstas no Programa Exploratório Mínimo – PEM, junto às empresas que realizam exploração de óleo e gás. Sob o ponto de vista econômico, apesar de ter sido consideravelmente menor do que o ano de 2021, o resultado não é o esperado, visto que, essa penalidade contratual quando aplicada, traduz o não cumprimento das metas estabelecidas para a exploração de óleo e gás e a devolução da área concedida, devendo seus impactos serem monitorados de forma permanente pela área responsável.

No campo da VPD, destaca-se o aumento do item Desincorporação de Ativos, que são despesas relacionadas às transferências para a AGU, dos encargos legais arrecadados em virtude de processos da dívida ativa que foram solucionados e os valores pagos pelo contribuinte, e também, o reconhecimento da VPD relativo aos TEDs e Convênios apropriados conforme comprovação dos órgãos recebedores dos recursos.

Em relação ao aumento próximo à 41% nos descontos financeiros concedidos na comparação 2022 x 2021, esse está embasado no desconto de 30% sobre o valor das infrações, previsto na legislação, para pagamentos em até 10 dias após a notificação da decisão de primeira instância, renunciando o direito de recorrer. Já a variação de 271% no grupo Outras Variações Patrimoniais Diminutivas, diz respeito à demanda represada de anos anteriores, oriundos de prescrição ou extinção dos débitos inscritos em dívida ativa, na execução fiscal.

**Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa**

Este item contempla o numerário e outros bens e direitos conversíveis e evidenciados em moeda nacional. Em 31/12/2022, a ANP possuía um saldo superior a R$ 1,5 bilhões, relacionados a Caixa e Equivalentes de Caixa. O detalhamento destes saldos segue:

**Tabela 1 – Recursos Disponíveis Conta Única – Variação.**

 R$

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Fonte Recursos**  | **Descrição da Fonte** | **31/12/2022** | **31/12/2021** |  |
| 0100 | Recursos Primários Livre Aplicação | 161.860,70 | 235.114,97 |  |
| 0150/0250/0650 | Recursos Próprios Primários Livre Aplicação | 1.520.213.925,09 | 1.404.766.669,05 |  |
| 0180 | Recursos Próprios Financeiros | 74.339.643,78 | 74.187.889,20 |  |
| 0190 | Recursos Diversos | 23.761,84 | 2.246.610,25 |  |
| **Total** |  | **1.594.739.191,41** |  **1.481.436.283,47** |  |

*Fonte: SIAFI, 2022 e 2021.*

Em suma, os recursos disponíveis correspondem às Taxas de Fiscalização, às Multas aplicadas aos agentes regulados, Royalties do Petróleo e Serviços de Informações Técnica de dados prestados pela agência ao público em geral.

Ainda integram o Caixa e Equivalentes de Caixa, os saldos relativos a numerários em outros bancos. Estes referem-se às Garantias Contratuais, na modalidade caução em dinheiro, depositadas em contas abertas junto à Caixa Econômica Federal, por empresas contratadas pela ANP para fornecimento de bens e serviços. O saldo das cauções em dinheiro referentes às concessões de áreas de exploração de óleo e gás, apesar de constarem nas contas de controle, ainda necessitam de ajuste nas contas de ativo e passivo para refletirem adequadamente seus registros, fato esse que está sendo providenciado.

Os valores a seguir mostram essa composição e referem-se a contratos vigentes das por empresas contratadas pela ANP para fornecimento de bens e serviços. Ressalte-se que, os saldos não contemplam atualização monetária, em razão da dificuldade na obtenção dos extratos junto às respectivas agências bancárias onde os recursos estão depositados.

**Tabela 2 – Recursos em outros Bancos – Caixa Econômica Federal**

R$

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Fonte Recursos**  | **Descrição** | **31/12/2022** | **31/12/2021** | **AH (%)** |
| 0190000000 | Recursos Diversos | 1.452.940,14 | 1.511.621,29 | -3,88 |
| **Total** |  | 1.452.940,14 | 1.511.621,29 | **-3,88** |

*Fonte: SIAFI, 2022 e 2021*

**Nota 02 – Créditos a Receber**

**2.1 Créditos a Curto Prazo**

Em 31/12/2022, a ANP tinha a receber em Curto Prazo, mais de R$ 75 milhões, referente a adiantamentos concedidos (remuneração, 13º salário) e créditos por cessão de pessoal, além dos adiantamentos que envolvem Termo de Execução Descentralizada – TED adiantados e ainda não comprovados.

Não estão reconhecidos no Balanço Patrimonial e na DVP, de acordo com o período da competência, os créditos de curto prazo relativos às multas aplicadas aos entes regulados. Os créditos a receber são gerenciados internamente por meio de uma ferramenta denominada Sistema de Comunicação de Multas SICOM e GPC – Gestão e Parcelamento de Créditos. No início do exercício de 2022, mediante esforço conjunto entre a SFO/NGC, a SFO/Contabilidade e a STI, foi elaborada uma sistemática básica apta a fornecer mais informações e de cunho fidedigno, para que se possa alimentar o SIAFI. Esse processo sofreu ajustes durante todo o exercício e entrará em vigor no ano de 2023, buscando refletir a realidade dos créditos em que a ANP é beneficiária. Em paralelo, o Núcleo de Gestão de Créditos - NGC, junto com a Superintendência de Tecnologia da Informação – STI, estão desenvolvendo um novo sistema de gestão de créditos, mais confiável e que será capaz de atender a todos os requisitos de contabilização.

**Tabela 3 – Demais Créditos e Valores CP**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Colunas1** | **31/12/2022** | **31/12/2021** | **AH %** |
| Créditos a Receber CP - Pessoal | 4.012.432,67 | 4.258.466,85 | -5,78 |
| Adiantamento de TED | 71.218.342,20 | 119.579.916,15 | -40,44 |
| Outros | 137.854,05 | 0,00 | 100,00 |
| **Total** | **75.368.628,92** | **123.838.383,00** | **-39,14** |

*Fonte: SIAFI, 2022 e 2021.*

**Estoques e VPD pagas antecipadamente**

Os valores em estoques permaneceram constantes na relação 2022 x 2021. Quanto aos valores presentes em VPD pagas antecipadamente, essa conta reflete à liquidação e registro contábil das assinaturas de periódicos e condomínio do mês de janeiro dos imóveis onde a ANP atua.

**2.2 Créditos a Longo Prazo**

Este item contempla os Créditos a Receber vencidos e não pagos, com inscrição em Dívida Ativa. Os créditos estão reconhecidos conforme tabela a seguir:

**Tabela 4 – Créditos a Longo Prazo - Composição**

 R$

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Colunas1** | **31/12/2022** | **31/12/2021** | **AH (%)** |
| Dívida Ativa Não Tributária | 1.778.588.482,19  | 1.832.239.861,67 | -2,93 |
| Ajuste de Perdas de Dívida Ativa Não Tributária | (0,00) | (0,00) | 0,00 |
| **Total** | **1.778.588.482,19** | **1.832.239.861,67** | **-2,93** |

*Fonte: SIAFI 2022, 2021.*

Em 31/12/2022, a ANP possuía um saldo superior a R$ 1,7 bilhões de créditos a receber. Conforme Portaria N. 954/2009/AGU, compete aos Serviços ou Seções de Cobrança e Recuperação de Créditos das Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias Seccionais Federais e Escritórios de Representação processarem os pedidos de parcelamento de créditos inscritos em dívida ativa das autarquias e fundações públicas federais, por meio do sistema SAPIENS. Segundo este normativo, ao valor de cada prestação mensal, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

Contudo, por conta do excessivo volume de inscrições e baixas e por não haver sistemática para contabilização automática, os valores presentes nessa conta não se encontram atualizados. No início do exercício de 2022, mediante esforço conjunto entre a SFO/NGC, a SFO/Contabilidade e a STI, foi elaborada uma sistemática básica apta a fornecer mais informações e de cunho fidedigno, para que se possa alimentar o SIAFI. Esse processo sofreu ajustes durante todo o exercício e entrará em vigor no ano de 2023, buscando refletir a realidade dos créditos em que a ANP é beneficiária. Em paralelo, o Núcleo de Gestão de Créditos - NGC, junto com a Superintendência de Tecnologia da Informação – STI, estão desenvolvendo um novo sistema de gestão de créditos, mais confiável e que será capaz de atender a todos os requisitos de contabilização.

**Nota 03 – Imobilizado**

O Imobilizado da ANP é segregado em dois grupos: (i) bens móveis; e (ii) bens imóveis. Na tabela a seguir, é apresentada a composição do item imobilizado:

**Tabela 5 – Imobilizado - Composição.**

 R$

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Colunas1** | **31/12/2022** | **31/12/2021** | **AH (%)** |
| Valor Contábil Bruto - Bens Móveis | 131.582.193,33 | 132.444.088,47 | -0,65 |
| Depreciação/Amortiz/Exaustão - Bens Móveis | -46.457.540,73 | -41.008.346,24 | -13,29 |
| Valor Contábil Bruto - Bens Imóveis | 138.618.501,43 | 133.918.254,43 | 3,51 |
| Depreciação/Amortiz/Exaustão - Bens Imóveis | -279.559,35 | -1.513.219,67 | 81,53 |
| **Total** | **223.463.594,68** | **223.840.776,99** | **-0,17** |

*Fonte: SIAFI, 2022 e 2021.*

**3.1 Bens Móveis**

Os Bens Móveis da ANP em 31/12/2022 totalizaram pouco mais de R$ 85 milhões de valor líquido e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir:

**Tabela 6 – Bens Móveis – Composição.**

 R$

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Colunas1** | **31/12/2022** | **31/12/2021** | **AH (%)** |
| Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas  | 34.300.115,47 | 33.370.843,24 | 2,78 |
| Bens de Informática | 68.331.465,01 | 67.475.560,05 | 1,27 |
| Móveis e Utensílios  | 17.646.458,75 | 17.144.724,52 | 2,93 |
| Material Cultural, Educacional e de Comunicação | 4.219.308,87 | 4.143.196,38 | 1,84 |
| Veículos  | 41.596,52 | 39.873,97 | 4,32 |
| Demais Bens Móveis\* | 7.043.248,71 | 10.269.890,31 | -31,42 |
| Depreciação Acumulada - Bens Móveis | -46.457.540,73 | -41.008.346,24 | -13,29 |
| **Total Geral** | **85.124.652,60** | **91.435.742,23** | **-6,90** |

*Fonte: SIAFI, 2022 e 2021.*

Os Bens Móveis estão distribuídos para uso em diversas localidades. Além da sede, em Brasília (DF) e do Escritório central no Rio de Janeiro/RJ, a ANP possui representações Regionais em São Paulo/SP, Salvador/BA, Porto Alegre/RS, Belo Horizonte/MG e Manaus/AM.

A partir da disponibilização dos bens para uso, o método de depreciação empregado é o de cotas constantes, tendo como referência a vida útil e o valor residual definidos para cada classificação contábil, conforme tabela a seguir:

**Tabela 7 – Bens Móveis – Vida Útil e Valor Residual.**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | **Vida Útil (anos)** | **Valor Residual (%)** |
| Aparelhos de medição e orientação | 15 | 10 |
| Aparelhos e equipamentos de comunicação | 10 | 20 |
| Equipam/utensílios médicos, odontológicos, lab. e hospitalares | 15 | 20 |
| Equipamento de proteção, segurança e socorro | 10 | 10 |
| Máquinas e equipamentos industriais | 20 | 10 |
| Máquinas e equipamentos energéticos | 10 | 10 |
| Máquinas e equipamentos gráficos | 15 | 10 |
| Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina | 10 | 10 |
| Máquinas, utensílios e equipamentos diversos | 10 | 10 |
| Equipamentos de processamento de dados | 5 | 10 |
| Aparelhos e utensílios domésticos | 10 | 10 |
| Máquinas e utensílios de escritório | 10 | 10 |
| Mobiliário em geral | 10 | 10 |
| Coleções e materiais bibliográficos | 10 | 0 |
| Equipamentos para áudio, vídeo e foto | 10 | 10 |
| Obras de arte e peças para exposição | Não se aplica | Não se aplica |
| Veículos em geral | 15 | 10 |
| Veículos de tração mecânica | 15 | 10 |
| Aeronaves | 10 | 10 |
| Pecas não incorporáveis a imóveis | 10 | 10 |
| Material de uso duradouro | Não se aplica | Não se aplica |

*Fonte: MCASP.*

\* Na composição dos demais bens móveis, encontram-se os materiais de uso duradouro e as peças não incorporáveis à imóveis, bens esses que prescindem de etiqueta patrimonial e são controlados somente em listas. Sua redução de 2021 para 2022, se deu pela reclassificação para bens imóveis, pois alguns itens tinham sido classificados em bens móveis inadequadamente.

Atualmente, a ANP encontra-se em fase final de implementação do sistema SIADS, para que, ainda durante o primeiro semestre de 2023, o mesmo esteja disponível para uso. Dessa forma, esperamos corrigir as falhas nas contas do RMB da UG 323031 e proceder a depreciação dos bens adquiridos anteriormente ao ano de 2010, além da reavaliação dos bens que já se encontram totalmente depreciados ou registrados por valor simbólico devido ao feito monetário do plano real (1994).

**3.2 Bens Imóveis**

Os Bens Imóveis da ANP em 31/12/2022 totalizavam pouco mais de R$ 138 milhões e estão distribuídos nas contas contábeis demonstradas na tabela a seguir.

**Tabela 8 – Bens Imóveis – Composição.**

 R$

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Colunas1** | **31/12/2022** | **31/12/2021** | **AH (%)** |
| Bens de Uso Especial Registrados no Spiunet | 133.435.761,43 | 133.435.761,43 | 0,00 |
| Bens Imóveis em Andamento | 17.700,00 | 17.700,00 | 0,00 |
| Benfeitorias em Propriedade de Terceiros | 534.673,21 | 464.793,00 | 15,03 |
| \*Demais Bens Imóveis | 4.630.366,79 | 0 | 100,00 |
| Depreciação Acumulada - Bens Imóveis | -279.559,35 | -1.513.219,67 | 81,53 |
| Amortização Acumulada - Bens Imóveis | 0 | 0 |  |
| **Total** | **138.338.942,08** | **132.405.034,76** | **4,48** |

*Fonte: SIAFI, 2022 e 2021.*

A depreciação dos Bens Imóveis é apurada utilizando-se o método descrito na Portaria Conjunta STN/SPU N. 03, de 10 de dezembro de 2014, cujos valores são apropriados pela Secretaria do Tesouro Nacional com base em informações prestadas pela Secretaria de Patrimônio da União.

O método de depreciação previsto na referida norma conjunta é a Parábola de Kuntzle, expressa pela seguinte fórmula: **Kd = (n² - x²) / n², onde:**

**Kd** = coeficiente de depreciação **n** = vida útil da acessão **x** = vida útil transcorrida da acessão

A redução da depreciação acumulada se deu em função de ajuste de exercícios anteriores, tanto no imóvel da ANP/DF Sede, quanto no imóvel da ANP/RJ Escritório Central, totalizando R$ 1.385.534,56, respeitando sempre a portaria 703/2014 da SPU/STN.

As Benfeitorias em Imóveis de Terceiros (123210800) estão sendo executadas em imóveis locados ou posto em comodato para a ANP e a amortização se dará pelo prazo da vigência dos contratos.

Segue a lista de bens Imóveis da ANP:

**Tabela 9 - Lista de Bens Imóveis – Identificação e Localização.**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Unidade Gestora** | **Endereço** | **RIP** |
| 323030 | Setor de Grandes Áreas Norte 603 - Asa Norte, Brasília - DF | 9701001725000 |
| 323031 | Av Rio Branco 65 – 12 ao 22 andares – Rio de Janeiro/RJ | 6001028615000 |

*Fonte: SPIUNET*/*SIAFI*

Os bens recebidos em forma de cessão gratuita ou comodato estão listados na tabela 25.

**Nota 04 – Intangível**

O Ativo Intangível da ANP, em 31/12/2022, totalizava pouco mais de R$ 32 milhões, distribuídos conforme tabela a seguir:

**Tabela 10 – Intangível – Composição.**

 R$

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **INTANGÍVEL** | **31/12/2022** | **31/12/2021** | **AH (%)** |
| Softwares com Vida Útil Indefinida | 32.196.038,09 | 30.845.303,28 | 4,38 |
| Softwares em Desenvolvimento | 0 | 0 | 0,00 |
| Softwares com Vida Útil Definida | 0 | 0 | 0,00 |
|  |  |  |  |
| Amortização Acumulada | 0 | 0 | 0,00 |
| Marcas e patentes | 0 | 0 | 0,00 |
| **Total**  | **32.196.038,09** | **30.845.303,28** | **4,38** |

*Fonte: SIAFI, 2022 e 2021.*

Os softwares adquiridos pela ANP, conforme a norma contábil foram mensurados pelo seu custo de produção ou aquisição. O levantamento desses softwares leva ao desmembramento em vida útil definida ou indefinida e encontra-se fidedigno. Ao final de cada exercício, a área de TI é instada a informar quais softwares continuam ou não em uso. Os softwares de vida útil indefinida, de acordo com o MCASP, não devem ser amortizados, uma vez que geram constantes benefícios imediatos e futuros para o órgão.

Especificamente em relação aos sistemas fabricados internamente pelos servidores ou por meio de empresas contratadas (o qual foram incorretamente registrados em VPD), um processo de levantamento e mensuração dos custos e dos benefícios econômicos futuros ou serviços em potencial, encontra-se em andamento.

**Nota 05 – Passivos**

**5.1 Fornecedores e Contas a Pagar**

Em 31/12/2022, a ANP possuía um saldo em aberto de mais de R$ 5,7 milhões relacionados com fornecedores e contas a pagar a curto prazo.

A seguir, apresenta-se a tabela, relacionando as obrigações com credores nacionais a curto prazo.

**Tabela 11 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição.**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Colunas1** | **31/12/2022** | **31/12/2021** | **AH (%)** |
| Nacionais | 5.771.271,63 | 1.330.364,67 | 333,81 |
| **Total** | **5.771.271,63** | **1.330.364,67** | **333,81** |

*Fonte: SIAFI, 2022 e 2021.*

Com a entrada em funcionamento do sistema SIADS (parte almoxarifado) no final de 2021, as notas fiscais de itens para estoque e consumo ao serem inseridas no SIADS geram seu reflexo contábil na conta em liquidação e no passivo de fornecedores, contribuído assim para a melhoria das informações. Além disso, quase a totalidade das áreas na ANP realizam a inserção de dados das Notas Fiscais no SIAFI de forma tempestiva, gerando o reconhecimento do passivo de forma tempestiva. Mesmo assim, espera-se que a entrada em funcionamento do sistema Comprasnet contratos e sua integração com o SIAFI, gere uma maior celeridade e fidedignidade no registro do passivo, haja visto que se apresentam itens na inscrição de RP - Restos a Pagar Não Processados (RPNP) que poderiam estar na fase Em Liquidação.

Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se os fornecedores com seus respectivos saldos em aberto na data base de 31/12/2022:

**Tabela 12 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor.**

 R$

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Fornecedor** | **31/12/2022** | **AV (%)** |
| UFPE | 1.568.583,52 | 27,18 |
| UFPA | 513.177,07 | 8,89 |
| DataInfo | 502.275,14 | 8,70 |
| MI Montreal | 464.662,45 | 8,05 |
| Demais fornecedores | 2.722.573,45 | 47,17 |
| **Total** | **5.771.271,63** |  **100,00**  |

 *Fonte: SIAFI, 2022.*

**5.2 Demais Obrigações de Curto Prazo**

Valores se referem à impostos e contribuições retidos a serem recolhidos ao tesouro, Retenções da folha de pagamentos (Empréstimos, consignações, pensão alimentícia, Funpresp), garantias recebidas e depositadas na Caixa Econômica Federal (conforme **Nota Explicativa 01, Tabela 2)** e precatórios de curto prazo.

**5.3 Precatórios**

Conforme ofício da Justiça Federal, em cumprimento ao acórdão do TCU 2455/2017 que trata da contabilização de Precatórios e RPV relativos ao FRGPS, a Secretaria de Planejamento e Orçamento - SPO, na qualidade de setorial contábil, editou a Nota Técnica SPO/CJF n. 001/2022, em anexo, a qual uniformiza procedimentos de **Registro da obrigação de Precatórios e RPV com reflexos no patrimônio da(s) Entidade(s) Devedora(s)**.

No ano de 2022, não houve o registro de novos precatórios, assim como, os precatórios existentes foram baixados diretamente de acordo com os procedimentos realizados pela justiça federal.

**Nota 06 – Contas de Controle**

**6.1 Saldos Contratuais (Compensado)**

Em 31/12/2022, a ANP possuía um saldo superior a R$ 183 milhões em obrigações contratuais de aquisições de bens, locações e serviços a serem executados durante o período de vigência dos contratos, conforme quadro:

**Tabela 15 – Obrigações Contratuais a executar – Composição.**

 R$

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Colunas1** | **31/12/2022** | **31/12/2021** | **AH %** | **AV %** |
| Serviços | 169.779.478,78 | 177.003.705,77 | -4,08 | 92,30 |
| Aluguéis | 9.377.015,51 | 5.856.473,06  | 60,11 | 5,10 |
| Bens | 4.779.408,55 | 3.804.426,73 | 25,63 | 2,60 |
| **Total** | **183.935.902,84** | **186.664.605,56** | **-1,46** | **100,00** |

*Fonte: SIAFI, 2022 e 2021.*

**Tabela 16 – Obrigações Contratuais Executadas – 2022**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Colunas1** | **31/12/2022** | **31/12/2021** | **AH %** | **AV %** |
| Serviços | 105.074.595,43 | 104.340.437,86 | 0,70 | 93,33 |
| Aluguéis | 3.411.720,91 | 2.433.568,64 | 40,19 | 3,03 |
| Bens | 4.093.271,21 | 5.044.771,23 | -18,86 | 3,64 |
| **Total** | **112.579.587,55** | **111.818.777,73**  | **0,68** | **100,00** |

*Fonte: SIAFI, 2022 e 2021.*

**Tabela 17 - Maiores Contratos Executados – 2022**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **TIPO** | **EMPRESA** | **31/12/2022** | **AV (%)** |
| Serviços | Plataforma Terceirização de Servicos contrato 9035/19Datainfo TI contrato 9050/19 | 12.537.921,498.664.395,64 | 11,938,25 |
| Aluguéis | Irmandade – Aluguel dos andares 14/15/16/17/18/19 Rio de Janeiro  | 1.789.607,70 | 52,45 |
| Bens | VS Data Contrato 9055/21 | 1.332.198,90 | 32,55 |

*Fonte: SIAFI 2022.*

**6.2 Garantias Contratuais a Executar**

Em 31/12/2022, a ANP possuía um saldo superior a R$ 13 bilhões em garantias contratuais a executar recebidas. As garantias possuem como objeto o fiel cumprimento das obrigações assumidas nos contratos firmados com os fornecedores da Agência e com concessionários de áreas de exploração de petróleo e gás.

A seguir, apresenta-se a tabela segregando-se essas garantias de acordo com a respectiva modalidade:

**Tabela 18 – Garantias Contratuais a Executar – Composição.**

 R$

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Colunas1** | **31/12/2022** | **31/12/2021** | **AH %** | **AV %** |
| Fianças Bancárias | 548.103,52 | 257.646,66 | 112,73 | 0,004 |
| Seguros-Garantia a Executar | 1.834.482.298,76 | 1.833.175.470,88 | 0,07 | 13,28 |
| Caução a Executar | 8.451.287,40 | 8.509.968,55 | -0,69 | 0,06 |
| Garantias Lei Especial | 4.558.137.245,87 | 4.558.137.245,87 | 0,00 | 33,00 |
| Apólices de Seguros | 1.804.277.291,02 | 1.804.277.291,02 | 0,00 | 13,06 |
| Outras garantias | 5.608.702.974,87 | 5.608.702.974,87 | 0,00 | 40,60 |
| **Total** | **13.814.599.201,44** | **13.813.060.597,85** | **0,01** | **100,00%** |

*Fonte: SIAFI, 2022 e 2021.*

Após o respeito ao registro das garantias concedidas pelas empresas que atuam nas áreas de exploração de petróleo e gás, realizado em 2021, e para continuar avançando e contribuindo com a fidedignidade dos demonstrativos, está em fase de implementação um relatório para a manutenção dos registros de forma oportuna e tempestiva. Além disso, encontra-se em andamento o levantamento das garantias de participação em leilões de exploração de óleo e gás, assim como as garantias de descomissionamento dos campos já explorados.

**6.3 Convênios e TEDs**

Em parceria com a FINEP, a ANP possui em 31/12/2022, R$ 7 milhões em TEDs, conforme tabela:

**Tabela 19 – Direitos Conveniados - FINEP**

R$

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **CONTA** | **31/12/2022** | **31/12/2021** | **AH %** | **AV (%)** |
| a receber da FINEP (811210201) | 12.512.466,95 | 1.194.705,12 | 947,33 | 67,75 |
| a comprovar à FINEP (811210202) | 5.956.494,88 | 5.805.294,88 | 2,60 | 32,25 |
| Concluído | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **TOTAL** | **18.468.961,83** | **7.000.000,00** | **163,84** | **100** |

*Fonte: SIAFI 2022 e 2021.*

Em 31/12/2022, a ANP possuía todos os Convênios e TEDs registrados corretamente no SICONV (atual Plataforma +Brasil) e no SIAFI respectivamente, de forma a transparecer a fidedignidade dos atos.

**Tabela 20 – Atos Potenciais Passivos (Convênios)**

R$

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **CONTA** | **31/12/2022** | **31/12/2021** | **AH %** |  | **AV (%)** |
| a liberar | 0,00 | 0,00 |  |  | 0 |
| a comprovar (812210102) | 14.584.036,80 | 14.584.036,80 | 0 |  | 83,81 |
| a aprovar (812210102) | 1.290.716,85 | 1.290.716,85 | 0 |  | 7,42 |
| Não liberado/devolvido (812210109) | 0 | 0 | 0 |  | 8,77 |
| **TOTAL** | **15.874.753,65** | **15.874.753,65** | **0** |  | **100,00** |

*Fonte: SIAFI 2022 e 2021.*

**Tabela 21 – Atos Potenciais Passivos (TEDs)**

R$

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **CONTA** | **31/12/2022** | **31/12/2021** | **AH %** | **AV (%)** |
| a repassar (812210201) | 11.831.684,07 | 26.351.816,19 | -55,10 | 6,79 |
| a comprovar (812210202) | 71.218.342,20 | 119.579.916,15 | -40,44 | 40,88 |
| Comprovado (812210203) | 91.182.634,40 | 71.252.728,40 | 27,97 | 52,33 |
| **TOTAL** | **174.232.660,67** | **217.184.460,74** | **-19,78** | **100,00%** |

*Fonte: SIAFI 2022 e 2021.*

**6.4 Créditos à Receber – Curto Prazo CP e Longo Prazo LP**

Contas que controlam por devedor, os saldos detalhados na Nota Explicativa 2. No ano de 2022, as inscrições em dívida ativa totalizaram pouco mais de R$ 3 milhões. O total da Dívida em 31/12/2022 supera os 1,77 bilhões. Mais detalhes, ver nota explicativa 2, item 2.2.

**Tabela 22 - Maiores devedores da Dívida Ativa**

R$

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **CNPJ** | **EMPRESA** | **31/12/2022** |
| 33000167000101 | Petróleo Brasileiro S A PETROBRAS | 568.797.535,86 |
| 33000167104900 | Petróleo Brasileiro S A PETROBRAS | 61.719.414,77 |
| 02031413000169 | Petro Rio Jaguar Petróleo Ltda | 28.991.708,72 |

*Fonte: SIAFI 2022.*

**6.5 Comodato de Bens**

Em 31/12/2022, a ANP possuía R$ 5,3 milhões em bens de terceiros sob sua responsabilidade, através de comodato em imóveis e/ou parte deles cedidos e bens, conforme tabelas:

**Tabela 23 - Lista de Bens Móveis – Identificação e Localização.**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Unidade Gestora** | **Empresa** | **BEM** | **R$**  |
| 323030 / CPT | Tracerco do Brasil | Sistema de Cromatografia | 224.131,71 |

**Tabela 24 - Lista de Bens Imóveis – Identificação e Localização.**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Unidade Gestora** | **Endereço** | **Sigla** | **R$**  |
| 320056 | Av do Turismo 1350 - Tarumã | NMA – Escritório de Manaus\* | 0,00 |
| 320059 | Av Loureiro da Silva 445 8 andar sala 822 - Centro | NPA – Escritório de Porto Alegre\*\* | 741.258,33 |
| 320058 | Av Afonso Pena 867 - Centro  | NBH - Escritório de Belo Horizonte | 448.981,58 |
| --- | Av Pasteur 404 Bloco A4 - Urca | BDEP\*\*  | 3.889.108,46 |
| **TOTAL** |  |  | **5.303.480,08** |

Os valores representam o percentual em metros quadrados que a ANP ocupa em relação ao valor do imóvel disponível no SPIU e/ou do valor venal do imóvel.

\* Sem registro pois o imóvel cedido pelo CENSIPAM ainda se encontra registrado em nome da União.

Ressalte-se que, para adequação contábil a macrofunção SIAFI e ao MCASP, os itens em comodato também foram registrados no ativo imobilizado (móveis/imóveis).

\*\* Os itens BDEP e NPA ainda necessitam de ajustes em seu valor, refletindo no ativo na conta bens móveis a classificar, pois se encontram em fase de levantamento de informações, após contato inicial com os proprietários dos imóveis correspondentes, aguardando transferência no SPIUnet e relatórios.

Em relação aos núcleos de São Paulo/SP e Salvador/BA, ambos são objeto de locação junto à empresas privadas.

**6.6 Diversos Responsáveis (Desfalques, Desvios e Pagamentos sem respaldo Orçamentário – 897320300/897320600)**

Em 31/12/20228, a ANP possuía junto ao TCU dois processos pendentes de julgamento, totalizando R$ 223.243,55.

**6.7 Precatórios –** Ver Nota Explicativa 5, item 5.3

**Nota 07 – Ajustes de Exercícios Anteriores**

Os ajustes de exercícios anteriores reconhecidos do exercício de 2022 referem-se a erros imputados a exercícios anteriores bem como à mudança de política contábil.

A seguir, apresenta-se a tabela com a variações dos Ajustes de Exercícios Anteriores:

**Tabela 25 – Ajustes de Exercícios Anteriores – Variação.**

 R$

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Colunas1** | **31/12/2022** | **31/12/2021** | **AH (%)** |
| Ajustes de Exercícios Anteriores | 1.670.324,82 | 233.702.940,35 | 2043,744 |
| **Total** | **1.670.324,82** | **233.702.940,35** | **2043,44** |

*Fonte: SIAFI, 2022 e 2021.*

Os valores referem-se às omissões de despesas (as informações não estavam disponíveis quando da elaboração das demonstrações contábeis do período a que se referem), cujos fatos geradores ocorreram em exercícios anteriores e somente foram empenhados em 2022, pois não havia crédito suficiente durante o exercício de 2021. Estes ajustes correspondem aos reconhecimentos de passivos relacionados a despesa orçamentária classificada como Despesa de Exercícios Anteriores – DEA. Mormente, os passivos reconhecidos referem-se a despesas de exercícios encerrados, para os quais o orçamento consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, mas que não foram processados em época própria.

Além disso, tanto a Justiça Federal quanto a Contabilidade da STN, realizaram lançamentos de ajuste, referentes, respectivamente, à precatórios e depreciação acumulada.

Todos as movimentações encontradas na tabela 25, estão presentes na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL.